

A ECONOMIA INFORMAL COMO FONTE DE RENDA PARA MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA EM CACUACO (KIKOLO) - LUANDA DE 2010 A 2023¹

Mendes Garcia²

RESUMO

Este artigo analisa o papel da economia informal como fonte de renda e sobrevivência para mulheres chefes de família na localidade de Kikolo, município de Cacuo, província de Luanda, no período de 2010 a 2023. A pesquisa parte da constatação de que, diante das limitações do mercado formal e da ausência de políticas públicas eficazes, muitas mulheres recorrem à informalidade como única alternativa para prover o sustento familiar. Com base em revisão bibliográfica, dados estatísticos e análises qualitativas, o estudo fundamenta-se nas contribuições teóricas de autores como Keith Hart (1973), Hernando de Soto (2000) e Amartya Sen (2000), além de relatórios do Instituto Nacional de Estatísticas de Angola (INE) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O recorte territorial do Kikolo foi escolhido devido à sua alta densidade populacional, vulnerabilidade socioeconômica e expressiva presença de atividades informais. Os resultados indicam que, apesar da precariedade, a economia informal desempenha um papel crucial na garantia da subsistência dessas mulheres e no enfrentamento da pobreza urbana, constituindo um fenômeno que deve ser compreendido à luz das desigualdades estruturais e das estratégias de resistência cotidiana. Conclui-se que políticas públicas sensíveis ao gênero e à realidade local são fundamentais para transformar essa realidade, sem desvalorizar as práticas de sobrevivência já existentes.

Palavras-chave: setor informal (economia); pobreza urbana; mulheres chefes de família – Kikolo (Cacuaco, Angola).

ABSTRACT

This article examines the role of the informal economy as a source of income and survival for female heads of household in the locality of Kikolo, municipality of Cacuo, Luanda province, from 2010 to 2023. The study is based on the observation that, in the face of limitations in the formal labor market and the absence of effective public policies, many women resort to informality as the only means to support their families. Drawing on a literature review, statistical data, and qualitative analysis, the research incorporates the theoretical contributions of authors such as Keith Hart (1973), Hernando de Soto (2000), and Amartya Sen (2000), as well as reports from the National Institute of Statistics of Angola (INE) and the International Labour Organization (ILO). The focus on Kikolo was chosen due to its high population density, socioeconomic vulnerability, and significant informal economic activity. The results indicate that, despite its precariousness, the informal economy plays a crucial role in ensuring the subsistence of these women and addressing urban poverty, highlighting a phenomenon that must be understood in light of structural inequalities and everyday forms of resilience. The study concludes that gender-sensitive public policies tailored to local realities are essential to transform this situation without undermining existing survival strategies.

Keywords: informal sector (economy); urban poverty; female heads of household – Kikolo (Cacuaco, Angola).

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Jorge Pina Tavares.

² Graduando do Bacharelado em Humanidades pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a economia informal como fonte de renda para mulheres chefes de família no bairro Kikolo, localizado no município de Cacuaco, em Luanda. O recorte temporal de 2010 a 2023 foi escolhido por compreender marcos históricos e socioeconômicos cruciais no contexto angolano, como a crise financeira de 2014, a pandemia de COVID-19 (2020-2022) e a implementação de políticas públicas incipientes voltadas à formalização do trabalho. A questão central que orienta o estudo é: como a economia informal contribuiu para a subsistência e autonomia econômica das mulheres chefes de família no bairro Kikolo, entre 2010 e 2023?

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2022)³, mais de 79% da população economicamente ativa de Angola atua em atividades informais. Essa forte dependência de práticas não reguladas pelo Estado serve de ponto de partida para refletir sobre o fenômeno. Keith Hart (1973), que introduziu o conceito de *economia informal*, destaca sua importância para compreender os mecanismos de sobrevivência fora da estrutura formal. De forma complementar, Hernando de Soto (2000) argumenta que a informalidade é uma resposta direta à burocratização e à exclusão legal, sendo, portanto, uma alternativa de inclusão econômica para os setores mais pobres. Essa leitura, também evidenciada pelo Jornal Cafunfo (2021), sugere que a economia informal deve ser interpretada não como um problema a ser erradicado, mas como uma estratégia de sobrevivência e produtividade que sustenta grande parte da população angolana.

A escolha do bairro Kikolo justifica-se por sua relevância dentro da dinâmica da informalidade urbana em Angola. Localizado no município de Cacuaco, um dos mais populosos de Luanda (INE, 2014), o bairro caracteriza-se pela urbanização espontânea, pela carência de saneamento básico e pela precariedade dos serviços públicos, tornando-se um território emblemático para investigar o fenômeno da informalidade. No Kikolo, a densidade populacional e a escassez de alternativas formais tornam a economia informal o principal motor de subsistência.

Esse cenário atinge de forma particular as mulheres, que enfrentam barreiras estruturais mais intensas do que os homens no acesso ao emprego formal. Frequentemente responsáveis

³ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Resultados do Inquérito sobre o Emprego em Angola - Luanda, 2022. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/> Acesso em: 15 set. 2025.

exclusivas pelo sustento dos filhos, elas são empurradas para atividades precárias, sem garantias de direitos ou segurança. Como aponta a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018): “em África, a maioria das mulheres está empregada em empregos informais, muitas vezes em condições de trabalho de baixa qualidade, salários e rendimentos mais baixos, e sem acesso a proteção social ou direitos”. (OIT, 2018, p. 55).

A dependência da economia informal, embora essencial para a sobrevivência, expõe as mulheres a múltiplas vulnerabilidades: a ausência de previdência social, a falta de acesso a crédito, a insegurança jurídica, o assédio institucional (como apreensões e extorsões) e a precariedade das condições de trabalho. Essa realidade reflete a incapacidade do Estado em promover inclusão produtiva real para as populações periféricas. Como argumenta Maria Ozanira da Silva e Silva:

A pobreza, em contextos de carência de políticas públicas, não é apenas a falta de renda, mas a falência de direitos e a exposição a riscos que a sociedade não deveria permitir. Em contextos como o de Luanda, a informalidade evidencia o empobrecimento estrutural e a marginalização das camadas vulneráveis, que ficam à margem da cidadania. (Silva; Silva, 2004, p. 34)

No período analisado, o governo angolano introduziu programas como o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) e o Programa de Apoio ao Microempreendedorismo (PAME). Contudo, segundo o Observatório Econômico-Social de Angola (OESA, 2021), tais iniciativas mostraram-se limitadas em alcançar as camadas mais empobrecidas. Essa lacuna explica a relevância de pesquisas localizadas, como a presente, que busca compreender por que políticas públicas não conseguem gerar impactos significativos no cotidiano das mulheres chefes de família do Kikolo.

Assim, o artigo estrutura-se em três eixos principais: o primeiro discute a economia informal no contexto angolano, articulando-a historicamente com os aportes teóricos de Hart (1973), De Soto (2000), Sassen (1999) e dados estatísticos do INE (2022). O segundo aprofunda a análise sobre a inserção das mulheres chefes de família no setor informal, problematizando questões de gênero, renda e precarização. Por fim, o terceiro avalia as políticas públicas implementadas entre 2010 e 2023, analisando seus limites e potenciais. Para isso, adota-se uma metodologia exploratória e descritiva, combinando pesquisa bibliográfica, documental e de campo, por meio de entrevistas e questionários.

2 A ECONOMIA INFORMAL EM ANGOLA: DINÂMICAS, DESIGUALDADE E EXCLUSÃO ESTRUTURAL

Nesta seção, a economia informal é analisada a partir de uma perspectiva crítica, compreendendo-a como um fenômeno de dupla face: reflexo da exclusão estrutural e, ao mesmo tempo, espaço de agência e resistência.

A informalidade pode ser entendida como resultado de processos históricos e da incapacidade do Estado em garantir a inserção plena no mercado de trabalho formal. Para Castells e Portes (1989), o setor informal não é um resíduo marginal, mas uma parte intrínseca do sistema econômico, uma lógica de organização social e econômica que se intensificou em Angola no período pós-guerra civil, com a retração do setor público e a intensificação do setor privado. Essa dinâmica reflete um padrão global em que a informalidade não é passageira, mas uma força crescente de grande relevância econômica e social. Como observa Carlos M. Lopes (2014, p. 61-62): “a dimensão da economia informal tem crescido [...] e o fenômeno não se apresenta nem residual nem temporário, assistindo-se ao reforço da sua importância econômica e social”.

Essa realidade manifesta-se de forma contundente no contexto angolano. De acordo com a OIT (2018), mais de 80% da população economicamente ativa de muitos países africanos está envolvida no setor informal. Em cidades como Luanda, esse fenômeno evidencia a falência do Estado em promover inclusão produtiva para as populações periféricas. Estudos como os de Allan Cain (Development Workshop)⁴ mostram que a informalidade está intimamente ligada à urbanização desordenada e ao crescimento populacional em áreas onde a presença do Estado é limitada.

Essa falha institucional é igualmente analisada por Saskia Sassen (1999), que argumenta que a informalidade é ao mesmo tempo resultado e resposta à globalização excludente e à urbanização desigual. Tal abordagem se aplica de maneira clara ao caso angolano, sobretudo em Luanda, onde o crescimento acelerado e a infraestrutura deficiente criaram um ambiente favorável à

⁴ Allan Cain, diretor da Development Workshop, destaca que a informalidade está profundamente enraizada na estrutura urbana de Luanda, refletindo a ausência de planejamento urbano eficaz e a marginalização de vastas áreas da cidade. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/382175747_Towards_De-criminalising_the_Angolan_Informal_Market_-_What_Ever_Happened_to_the_Roque. Acesso em: 21 set.2025.

proliferação de atividades informais em municípios periféricos como Cacuaco e em localidades como o Kikolo.

O município de Cacuaco, situado na periferia nordeste da capital, reúne todos os elementos característicos de um espaço informal: expansão urbana acelerada, ausência de políticas públicas eficazes, altos índices de desemprego formal e forte presença de pequenos comércios informais, sobretudo liderados por mulheres. A presença massiva das zungueiras⁵ nos mercados de Luanda exemplifica essa lógica, já que sua inserção no mercado informal é, em muitos casos, uma resposta às barreiras sociais e à vulnerabilidade da mulher angolana, como discutido por Florita António (2021) em seus estudos sobre a família angolana.

Neste sentido, a economia informal em Angola não pode ser compreendida apenas como disfunção ou precariedade. Hernando de Soto (2001) defende que a informalidade é uma alternativa viável de inserção econômica para aqueles historicamente marginalizados pelo sistema formal, funcionando como espaço de resistência e reinvenção. Como afirma o autor: “os pobres não são o problema, eles são a solução. O que falta a eles é um sistema que reconheça suas iniciativas e lhes dê segurança jurídica”. (De Soto, 2001, p. 49).

Assim, embora frequentemente associada à instabilidade e à ausência de garantias legais, a economia informal ultrapassa essa dimensão. Ela emerge como resposta direta às falhas estruturais do Estado e à falta de políticas eficazes. Nesse contexto, transforma-se em um laboratório de inovação prática, onde a ausência de capital financeiro é compensada pela construção de capital social. Como observa Alejandro Portes (1998), em ambientes de exclusão, redes de solidariedade, confiança e normas de reciprocidade se tornam recursos vitais para acessar bens e serviços.

Essa capacidade de improvisação e reinvenção revela não apenas estratégias de sobrevivência, mas também a habilidade de transformar adversidades em oportunidades, ainda que mínimas. A economia informal é também espaço de agência e empoderamento feminino, na medida em que possibilita autonomia econômica em contextos onde o mercado formal frequentemente

⁵ O termo "zungueira" tem origem na língua nacional angolana kimbundu, derivado do verbo "Kalunga", que significa circular, andar à volta ou girar. Na prática, uma zungueira é uma vendedora ambulante que percorre as ruas, comercializando produtos. Disponível em: <https://angola.org/zungueira/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

exclui as mulheres. Segundo Martha Alter Chen (2007), a participação massiva das mulheres no setor informal constitui um motor de desenvolvimento social. Atividades como a venda ambulante e os pequenos comércios nos bairros periféricos de Luanda não são apenas meios de subsistência, mas verdadeiras formas de organização comunitária e resistência.

Essa perspectiva dialoga com Amartya Sen (2000), ao destacar que a pobreza não se limita à renda, mas à privação de capacidades essenciais para uma vida digna. Nussbaum (2000) complementa essa visão, ressaltando que a informalidade, embora precária, pode representar uma forma de reconstrução dessas capacidades em contextos adversos. Para Silveira (2015, p. 84): “a economia informal não deve ser vista apenas como um sintoma da crise do emprego formal, mas como um espaço ativo de criação de sentido, sobrevivência e pertencimento”.

De modo semelhante, James C. Scott (1976) conceitua a economia moral como sistema de normas e obrigações que assegura a sobrevivência dos pobres, ainda que em detrimento da eficiência econômica imediata. Esse raciocínio ajuda a compreender por que a informalidade, mais do que precariedade, também carrega valores de reciprocidade, solidariedade e pertencimento.

Além disso, a atividade informal contribui para o surgimento de novas práticas culturais e identitárias, expressas no cotidiano das feiras, mercados de rua e pequenos negócios domésticos. AbdouMaliq Simone (2004) argumenta que, em cidades do Sul Global, os próprios habitantes marginalizados tornam-se arquitetos de suas cidades, construindo sentido de comunidade em meio à exclusão. Nessa mesma linha, Franz Fanon (1961) já havia ressaltado que os espaços urbanos coloniais são marcados por uma divisão estrutural entre a ordem e a desordem, sendo esta última relegada às populações marginalizadas e convertida em incubadora de práticas alternativas de sobrevivência.

No período recente, três fatores se destacaram na intensificação da economia informal em Angola:

1. Crise financeira de 2014, provocada pela queda do preço do petróleo, que reduziu drasticamente as receitas do Estado e levou milhares de pessoas ao desemprego;

2. Pandemia de COVID-19 (2020–2022), que restringiu atividades formais e ampliou a dependência de pequenos negócios informais, sobretudo nos setores de alimentação e comércio de rua;
3. Políticas públicas incipientes, como o Programa de Apoio ao Microempreendedorismo (PAME), que, embora anunciadas, mostraram-se insuficientes para alcançar as camadas mais vulneráveis (OESA, 2021).

Em suma, compreender a economia informal como um fenômeno estruturante exige reconhecer suas bases históricas, as desigualdades sociais e a incapacidade do Estado em promover a inclusão produtiva. Trata-se de um campo de contradições: simultaneamente vulnerabilidade e resistência, precariedade e criatividade.

3 MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA E INFORMALIDADE: GÊNERO, RENDA E SUBJETIVIDADE NO KIKOLO

É no cruzamento dessas complexas dinâmicas estruturais que a informalidade em Angola ganha um rosto, o rosto da mulher. Conforme o Banco Africano de Desenvolvimento (2020)⁶, "as mulheres representam uma proporção significativamente maior da força de trabalho informal em África, atuando como o principal motor económico para as suas famílias". No bairro do Kikolo, no município de Cacuaco, milhares de mulheres chefes de família ocupam o espaço urbano de forma resiliente, sustentando suas casas por meio de atividades informais, como a venda de produtos alimentares, roupas e cosméticos, entre outros. Essa realidade não é apenas econômica, mas profundamente marcada por desigualdades de gênero, exclusão histórica e precarização da vida.

Segundo Silveira (2015), em contextos urbanos periféricos angolanos, as mulheres assumem a linha de frente na economia informal não apenas por necessidade, mas como estratégias herdadas e adaptadas a contextos de crise: "as mulheres angolanas, sobretudo as que chefiam famílias, não ocupam a economia informal apenas por falta de alternativas formais, mas como extensão de saberes herdados no campo da sobrevivência, onde a vida precisa ser continuamente inventada" (Silveira, 2015, p. 78).

⁶ Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-07/ioprei_versao_web.pdf. Acesso em 22 set. 2025.

A socióloga Maria de Fátima Machado da Cunha (2012, p. 11) observa que a dupla jornada de trabalho típica das mulheres pobres "traduz-se não só no cansaço e na saúde debilitada, como no progressivo abandono do cuidado de si". A chefia feminina do lar, muitas vezes associada à ausência de companheiros ou ao abandono paterno, expõe essas mulheres a múltiplas vulnerabilidades, incluindo a criação dos filhos e a sobrevivência pessoal. Essa condição é agravada pela desigualdade de gênero na divisão sexual do trabalho, historicamente concentrando sobre a mulher a responsabilidade exclusiva pelo cuidado familiar e limitando suas oportunidades de inserção no mercado formal.

Em contextos de precariedade urbana, como no Kikolo, essas mulheres enfrentam não apenas sobrecarga doméstica e laboral, mas também insegurança alimentar, acesso limitado a serviços de saúde e dificuldades para garantir a escolarização contínua dos filhos, perpetuando ciclos inter geracionais de pobreza e exclusão. A ausência de políticas públicas voltadas especificamente à proteção das mulheres chefes de família as coloca em posição de maior vulnerabilidade socioeconômica. Para Silva e Silva (2004), o trabalho informal surge como única alternativa para suprir necessidades imediatas, mesmo sem garantias de estabilidade, proteção social ou direitos trabalhistas. Essa sobreposição de responsabilidades cria um quadro de vulnerabilidade ampliada, reforçado estruturalmente pela divisão sexual do trabalho, no qual a sobrevivência diária depende da resiliência individual e das redes de solidariedade comunitária.

“A pobreza, em contextos de carência de políticas públicas, não é apenas a falta de renda, mas a falência de direitos e a exposição a riscos que a sociedade não deveria permitir” (Silva; Silva, 2004, p. 34).

A realidade das mulheres chefes de família no Kikolo não pode ser compreendida sem considerar o acúmulo de funções a que estão submetidas. Além da responsabilidade financeira do lar, assumem sozinhas o cuidado de filhos, idosos e, em muitos casos, de outros parentes, configurando uma verdadeira jornada múltipla. Essa sobreposição de papéis evidencia não apenas a sobrecarga cotidiana, mas também a ausência de políticas de apoio à maternidade, creches acessíveis e mecanismos de proteção social que poderiam aliviar parte dessa carga.

O exercício da atividade informal ocorre em condições adversas: falta de infraestrutura básica, acesso limitado a crédito produtivo e insegurança nos espaços de comercialização. Conforme a

OIT (2018)⁷, o "trabalho informal feminino é frequentemente a única opção disponível, mas ocorre em um contexto de extrema vulnerabilidade, sem acesso a redes de segurança ou cuidados infantis". Assim, muitas dessas mulheres precisam conciliar longas horas de trabalho em mercados improvisados ou ruas movimentadas com o cuidado dos filhos, aumentando sua exposição a riscos.

A ONU Mulheres (2017) ressalta que os espaços públicos urbanos não são iguais para homens e mulheres, já que elas enfrentam riscos de violência e assédio diariamente. No Kikolo, esse cenário torna o ambiente ainda mais hostil para as trabalhadoras, que além das dificuldades econômicas, lidam com assédios, extorsões e ameaça constante de despejo dos espaços de comercialização.

Lourdes Bandeira (2005) destaca que a divisão sexual do trabalho impõe às mulheres um triplo desafio: equilibrar cuidado doméstico, geração de renda e sobrevivência à violência urbana. Essa sobrecarga aumenta a vulnerabilidade à precariedade, deixando a sobrevivência dependente da resiliência individual e das redes comunitárias.

A divisão sexual do trabalho [...] aloca as mulheres para as tarefas de cuidado e reprodução social, enquanto reserva aos homens o trabalho produtivo e o espaço público. Essa clivagem, longe de ser natural, constrói identidades de gênero que impõem sobrecargas e limitações à participação das mulheres (Bandeira, 2005, p. 110).

O fenômeno das zungueiras exemplifica a informalidade de sobrevivência: muitas iniciam suas atividades ainda jovens e permanecem por décadas no setor informal, sem previdência, cuidados de saúde ou apoio psicológico. Lopes (2020) argumenta que essas mulheres vivem em condição de exclusão formal permanente, uma cidadania fragmentada, onde o direito à renda, ao trabalho digno e ao reconhecimento institucional é constantemente negado.

“A reprodução da pobreza não é uma escolha, mas o resultado de um processo de exclusão social que se aprofunda e se perpetua ao longo do tempo, negando às famílias o acesso a direitos e oportunidades que poderiam romper esse ciclo” (Silva; Silva, 2004, p. 78).

⁷ Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/resource/news/oit-pede-acao-urgente-para-prevenir-crise-global-da-economia-de-cuidado>. Acesso aos 22 set. 2025.

Do ponto de vista sociológico, essa dinâmica reflete o conceito de violência simbólica de Bourdieu (1999), em que estruturas de dominação se internalizam como destinos naturais. Muitas mulheres do Kikolo naturalizam sua condição de pobreza e informalidade como parte de seu papel de mãe guerreira, moldando subjetividades sob o peso da desigualdade estrutural. A ausência de políticas públicas específicas agrava ainda mais a situação. Segundo o UNFPA Angola (2022), mulheres chefes de família em áreas urbanas marginalizadas têm menor acesso à educação, crédito bancário e segurança alimentar.

Essa realidade não é isolada: dinâmicas semelhantes ocorrem em bairros periféricos de Luanda, como Viana e Sambizanga. O PNUD (2023) observa que a informalidade nessas áreas é "um fenômeno transversal, caracterizado pela falta de acesso a serviços e oportunidades de emprego formal, especialmente para mulheres e jovens".

Outro fator determinante é a exclusão financeira: a maior parte das trabalhadoras informais não possui acesso a crédito bancário ou micro finanças, limitando a expansão de seus negócios e mantendo-as em atividades de subsistência. Segundo o Banco Nacional de Angola (BNA, 2021), apenas 29% da população adulta possui acesso a serviços financeiros formais, sendo as mulheres em áreas periféricas ainda mais excluídas. O Banco Mundial (2020) aponta que a ausência de programas consistentes de microcrédito reforça ciclos de vulnerabilidade e limita a autonomia econômica das mulheres.

Portanto, a análise da realidade das mulheres chefes de família no Kikolo evidencia que a informalidade não é apenas consequência da ausência de emprego formal, mas reflexo de múltiplas exclusões: de gênero, territorial e financeira. Essa interseção torna urgente a formulação de políticas públicas que reconheçam as especificidades dessas trabalhadoras, incluindo programas de microfinanças inclusivas, infraestrutura adequada e mecanismos de proteção social capazes de romper o ciclo inter geracional de pobreza.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO PRODUTIVA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS (2010 - 2023)

A análise da economia informal em Angola não pode ser dissociada do papel das políticas públicas voltadas para a inclusão produtiva, proteção social e formalização do trabalho. Entre

2010 e 2023, o governo angolano implementou diversas iniciativas institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), o Programa de Apoio ao Microempreendedorismo (PAME) e o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), além de programas pontuais de capacitação e acesso a microcrédito. Organizações internacionais, como o PNUD e o UNFPA, também atuaram para preencher lacunas estruturais, oferecendo capacitação técnica, apoio jurídico e fortalecimento de redes comunitárias.

Apesar dessas iniciativas, o seu impacto permaneceu limitado. A presença institucional do Estado nas periferias urbanas é restrita e desarticulada, tornando as políticas genéricas pouco efetivas diante das realidades locais (Cain, Development Workshop). Lourdes Bandeira (2005) enfatiza que a falta de atenção à divisão sexual do trabalho resulta em programas que não alcançam grupos específicos, como as mulheres zungueiras do Kikolo, que enfrentam desafios singulares de gênero, renda e vulnerabilidade social. Como destacam Silva e Silva (2004, p. 34), a pobreza, em contextos de carência de políticas públicas consistentes, não se reduz à falta de renda: “a pobreza é a falência de direitos e a exposição a riscos que a sociedade não deveria permitir”.

O PDN, concebido para promover crescimento econômico sustentável e inclusão social, encontrou limitações estruturais em sua execução. A burocracia, a insuficiente articulação inter setorial e a limitada implementação em áreas periféricas reduziram significativamente sua eficácia. Lopes (2014) alerta que políticas descoladas da realidade local tendem a reproduzir a exclusão: “programas de desenvolvimento podem fracassar se desconsiderar os contextos de exclusão estrutural e a necessidade de estratégias adaptadas às populações mais vulneráveis”. (Lopes, 2014, p. 72).

O PAME, voltado ao micro empreendedorismo, e o BDA, com suas linhas de microcrédito, enfrentaram desafios semelhantes. O acesso ao crédito formal continua restrito, sobretudo para mulheres, devido à exigência de garantias, documentação e conhecimento institucional. Relatórios do Banco Nacional de Angola (BNA, 2021) indicam que menos de 15% das mulheres empreendedoras em bairros periféricos conseguiram acessar essas linhas de crédito. Essa lacuna demonstra que a promessa de formalização frequentemente se transforma em barreira, reproduzindo vulnerabilidade e exclusão.

Castel (2005) descreve essa condição como “desfiliação social”, na qual a ausência de proteção social e de oportunidades formais de inserção cria um tipo de exclusão que vai além da renda, rompendo laços de pertencimento e acesso a direitos fundamentais. A realidade do Kikolo exemplifica esse fenômeno: mercados improvisados, infraestrutura deficiente, falta de saneamento básico e insegurança nos espaços de comercialização configuram uma exclusão formal permanente (Lopes, 2020; Silva; Silva, 2004).

Ainda assim, a economia informal mantém sua capacidade de ação e inovação. De Soto (2001) observa que a ausência do Estado pode abrir espaço para criatividade econômica e empreendedorismo prático. No Kikolo, mulheres zungueiras e pequenos empreendedores desenvolvem estratégias de sobrevivência, reinventando mercados, redes de troca e formas de comercialização. No entanto, sem políticas públicas consistentes e adaptadas à realidade local, o potencial dessas iniciativas não se traduz em cidadania plena nem em benefícios previdenciários ou sociais.

A questão do microcrédito, frequentemente apontada como solução para a inclusão produtiva, apresenta nuances problemáticas. Taxas de juros elevadas, prazos curtos e exigências burocráticas podem se transformar em novas formas de opressão econômica, sobrecarregando mulheres que já acumulam múltiplas responsabilidades de cuidado e trabalho informal. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas financeiras sensíveis ao gênero, que compreendam a dinâmica da divisão sexual do trabalho e a precariedade do cotidiano feminino (Bandeira, 2005).

Além do Estado, atores não estatais desempenham papel crucial. ONGs, agências de desenvolvimento e programas internacionais oferecem suporte técnico, jurídico e social, fortalecendo redes de solidariedade comunitária e promovendo associativismo. Tais ações revelam que, embora pontuais, intervenções integradas podem ampliar oportunidades de inclusão produtiva e empoderamento econômico (UNFPA Angola, 2022; PNUD, 2023).

O empoderamento econômico das mulheres no setor informal exige uma abordagem holística, que combine:

- Acesso a serviços financeiros e microcrédito adaptado;
- Programas de capacitação técnica contextualizada;

- Infraestrutura urbana adequada;
- Proteção social efetiva;
- Articulação entre Estado, sociedade civil e organizações internacionais;

O Kikolo evidencia que a informalidade não deve ser entendida apenas como um problema, mas como um espaço de resistência, inovação e sobrevivência. A análise do período 2010–2023 demonstra que, sem políticas sensíveis ao gênero e territorialmente equitativas, o potencial da economia informal como mecanismo de inclusão produtiva permanece limitado, perpetuando vulnerabilidade e desigualdade.

5 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com o objetivo de compreender o papel da economia informal como estratégia de sobrevivência para mulheres chefes de família em Cacucaco, particularmente no bairro Kikolo. O enfoque qualitativo foi escolhido por possibilitar uma leitura profunda da realidade social, considerando as percepções, trajetórias e experiências das participantes.

Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa é adequada para captar significados, percepções e relações sociais, permitindo compreender as experiências das participantes em sua complexidade. Já a natureza exploratória busca ampliar o conhecimento sobre o tema, enquanto a natureza descritiva tem por finalidade caracterizar, com detalhes, as condições de vida e trabalho dessas mulheres no contexto urbano de Luanda, onde a economia informal assume papel central na sustentação de famílias em situação de vulnerabilidade.

5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi estruturada em três etapas principais:

1. Revisão bibliográfica e documental, realizada entre janeiro e maio de 2024, com base em livros, artigos científicos, relatórios institucionais (INE, OIT, ONU Mulheres, Banco Mundial) e documentos oficiais do governo angolano.

2. Pesquisa de campo exploratória, conduzida entre junho e agosto de 2024, com observação direta e aplicação de entrevistas semiestruturadas a dez mulheres que atuam em diferentes segmentos da economia informal (comércio ambulante, feiras, serviços domésticos, marisqueiras e costureiras).
3. Análise de conteúdo, segundo Bardin (2011), utilizada para identificar categorias recorrentes nas narrativas das entrevistadas, como autonomia, sustento familiar, precarização, resistência e ausência de políticas públicas.

5.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo da pesquisa compreende mulheres residentes no bairro Kikolo, no município de Cacuaco, que exercem atividades econômicas fora do setor formal. A amostra foi definida de forma intencional e não probabilística, priorizando chefes de família com dependentes sob sua responsabilidade.

5.3 PRODUÇÃO DE DADOS

A produção de dados ocorreu entre os meses de junho e setembro de 2024, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com 14 mulheres chefes de família que atuam em diferentes ramos da economia informal no bairro Kikolo.

As participantes foram selecionadas por amostragem não probabilística do tipo intencional, considerando-se mulheres com pelo menos um ano de atuação no setor informal e que se autodeclaravam responsáveis principais pelo sustento do lar.

As entrevistas foram conduzidas de forma virtual, por meio da plataforma Google Meet, respeitando as condições de acessibilidade e segurança das participantes. O formulário contemplou perguntas abertas e fechadas, abordando dados socioeconômicos (idade, escolaridade, número de dependentes, tipo de atividade desenvolvida, renda média) e percepções sobre o papel da economia informal em suas vidas. Essa modalidade foi escolhida devido à dispersão geográfica das entrevistadas e às limitações de deslocamento identificadas no período de coleta.

As entrevistas seguiram um roteiro previamente estruturado, abordando temas como:

- Motivações para o ingresso na economia informal;
- Desafios e condições de trabalho;
- Percepções sobre renda, autonomia e políticas públicas.

As falas foram transcritas e analisadas integralmente, garantindo a preservação da autenticidade dos relatos e o anonimato das participantes mediante o uso de nomes fictícios.

5.4 ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram analisados segundo a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), a fim de identificar categorias temáticas recorrentes nas narrativas. Esse método possibilitou compreender significados, padrões e contradições presentes nas experiências das mulheres entrevistadas.

A análise seguiu três etapas principais:

1. Pré-análise: leitura e organização do material transcrito;
2. Exploração do material: codificação das falas e categorização dos temas;
3. Tratamento e interpretação dos resultados: articulação entre os dados empíricos e o referencial teórico.

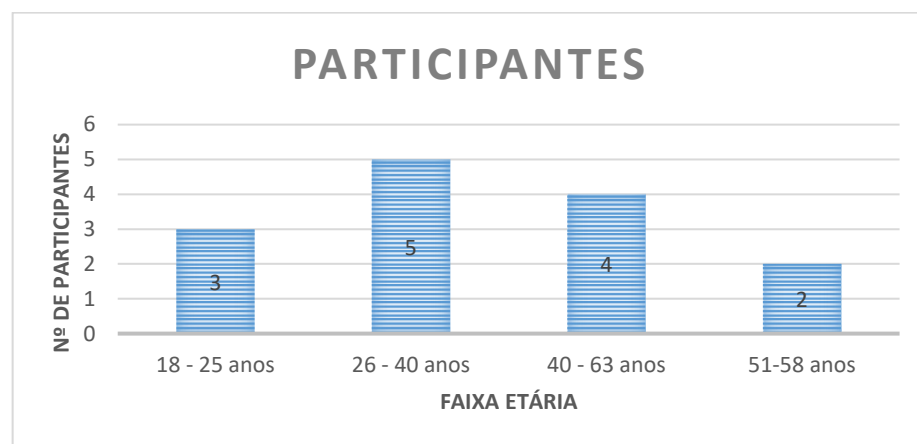
A triangulação entre os dados coletados e a literatura de autores como Keith Hart (1973), Hernando de Soto (2000) e Amartya Sen (2000) garantiu rigor interpretativo e sustentação teórica às conclusões.

Por fim, é importante destacar que, por se tratar de um estudo qualitativo de natureza exploratória e descritiva, os resultados obtidos não possuem caráter generalizável, mas fornecem subsídios valiosos para compreender as dinâmicas locais da economia informal e os desafios enfrentados pelas mulheres chefes de família em contextos de vulnerabilidade social.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo foi realizado em setembro de 2025, com uma amostra de 17 mulheres chefes de família, das quais 37 residem no bairro Kikolo e o restante em outras áreas urbanas e comunas do município de Cacuaco, Luanda. As participantes, com idades variando entre 18 e 63 anos, atuam em diferentes atividades da economia informal, evidenciando a multiplicidade de estratégias adotadas para a manutenção do sustento familiar e a autonomia econômica.

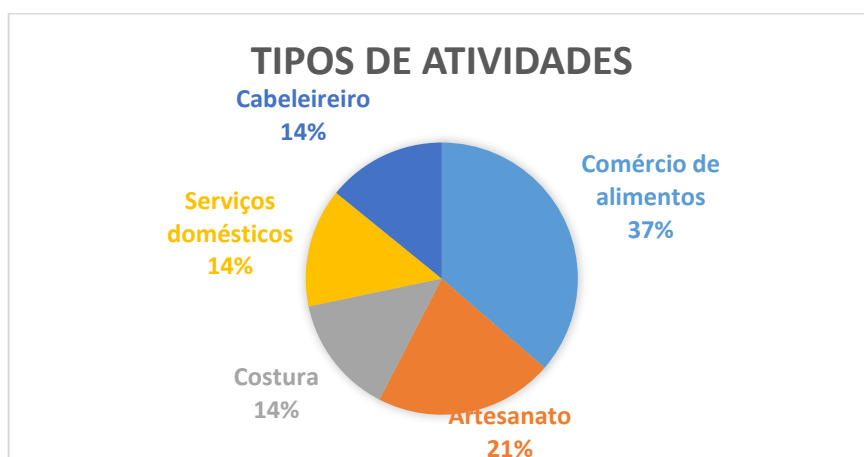
Gráfico 1 – Distribuição das participantes por faixa etária (Amostra Total)



Fonte: elaboração própria.

As participantes pertencem a diversos estratos sociais, refletindo a heterogeneidade socioeconômica do bairro. Os dados indicam que a economia informal constitui a principal alternativa de sustento para mulheres com limitadas oportunidades no mercado formal de trabalho.

Gráfico 2 – Distribuição das participantes segundo os tipos de atividades informais



Fonte: elaboração própria.

Figura 1⁸ – Distribuição das participantes por faixa etária no bairro Kikolo, município de Cacaco, Luanda observa-se que a maioria das mulheres se encontra na faixa etária entre 26 e 40 anos, período caracterizado por elevada responsabilidade familiar e profissional



Fonte: Kavinda (2022).

Figura 2⁹ – Distribuição das participantes segundo os tipos de atividades econômicas informais desempenhadas, predomina o comércio de alimentos (40%), seguido de artesanato (25%), pequenos serviços de rua (20%) e serviços domésticos (15%)



Fonte: Quiteque (2022).

⁸ Disponível em: <https://jornal24horas.ao/sociedade/requalificacao-do-mercado-do-kikolo-apontada-para-breve/>. Acesso em: 22 set. 2025.

⁹ Disponível em: <https://rna.ao/rna.ao/2022/01/11/esta-lancado-o-prei-no-mercado-do-kikolo/>. Acesso em: 22 set. 2025.

6.1. MOTIVAÇÕES E CONDIÇÕES DE INGRESSO NA INFORMALIDADE

As entrevistadas indicaram que a falta de emprego formal, a desestruturação familiar e a escassez de acesso à educação são fatores determinantes para o ingresso no setor informal. O relato de Kasuwa Isabel (54 anos) ilustra essa entrada muitas vezes involuntária:

"A informalidade na comunidade são ações praticadas pelas mulheres que ingressam no mundo da informalidade de modo involuntário, devido às poucas opções de trabalho."

A ausência de alternativas formais configura um cenário de alta vulnerabilidade, conforme enfatiza Maria (28 anos):

"Refere-se a ter que trabalhar sem direitos e sem proteção social, o que afeta negativamente a camada social mais pobre."

Esses relatos corroboram estudos que associam a informalidade a necessidades estruturais frente à ausência de oportunidades formais, como discutido por De Soto (2000) e Castells & Portes (1989).

A pesquisa evidenciou que a maioria das participantes com alta responsabilidade familiar encontra-se na faixa etária de 26 a 40 anos, o que reforça a sobrecarga imposta a essas mulheres. Conforme relata Cati (35 anos), as condições de trabalho são precárias e perigosas:

"Sofremos riscos de nos assaltarem e porque falta segurança onde vendemos, além do peso do trabalho doméstico, que é constante e exaustivo."

Essa dinâmica se alinha com as análises de Minayo (2001) sobre o impacto da sobreposição de funções e da precariedade no cotidiano de mulheres em contextos urbanos periféricos.

6.2 A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A INVISIBILIDADE

Um dos achados mais críticos do estudo é a ausência de apoio institucional às mulheres que atuam no setor informal. Diversas participantes afirmaram que o governo local não oferece suporte. Tica (33 anos) e Madalena (30 anos) enfatizam:

Não conheço nenhuma ação desenvolvida pelas autoridades locais para o combate à informalidade (Tica, 2025)
Não vemos esforços dos órgãos do governo para resolver este problema que afeta diariamente a população. (Madalena, 2025)

A falta de ações governamentais, somada à dificuldade de acesso a dados oficiais, evidencia a invisibilidade das mulheres no setor informal. A ausência de estatísticas oficiais sobre informalidade limita a criação de políticas públicas eficazes e direcionadas à realidade do Kikolo, reforçando a marginalização estrutural dessas trabalhadoras.

6.3 SÍNTESE DOS RESULTADOS

A economia informal no Kikolo revela-se como fenômeno complexo e multidimensional, moldado por fatores estruturais como falta de emprego formal, baixa escolaridade e desigualdade de gênero. Apesar das condições adversas e da ausência de suporte institucional, as mulheres chefes de família demonstram resiliência, criatividade e estratégias diversificadas de sobrevivência.

A integração de dados quantitativos e qualitativos permitiu uma compreensão mais aprofundada da realidade social, valorizando a experiência de vida das participantes e fornecendo subsídios importantes para intervenções sociais e políticas públicas futuras, voltadas à inclusão produtiva, à segurança e à proteção dessas mulheres.

O estudo evidencia que a informalidade, além de responder à necessidade de sustento imediato, representa um espaço de agência, reinvenção e resistência, alinhando-se às análises de De Soto (2000), Castells & Portes (1989) e Sassen (1999) sobre a informalidade urbana no Sul Global.

7 CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou que a economia informal em Angola, particularmente no bairro Kikolo, município de Cacuaco, desempenha um papel essencial na sobrevivência e autonomia de mulheres chefes de família, constituindo-se como estratégia de resiliência diante da exclusão estrutural e da precariedade do mercado formal. Entre 2010 e 2023, fatores como a crise financeira de 2014, a pandemia de COVID-19 e a insuficiência de políticas públicas

consistentes, como o Programa de Apoio ao Microempreendedorismo (PAME), intensificaram a dependência dessas mulheres do setor informal, consolidando padrões persistentes de vulnerabilidade socioeconômica.

Os resultados mostraram que a informalidade não deve ser vista apenas como consequência da ausência de emprego formal, mas também como espaço de agência, inovação e reconstrução identitária, no qual as mulheres elaboram estratégias complexas de sobrevivência, constroem redes de apoio comunitário e reafirmam seu papel social. Essa perspectiva dialoga com Hernando de Soto (2001), ao reconhecer os pobres como protagonistas de soluções econômicas dentro de contextos marginalizados, e com Sassen (1999) e Scott (1976), ao compreender a informalidade como resposta adaptativa às dinâmicas de exclusão estrutural e à economia moral presente nas comunidades periféricas.

A análise do perfil das participantes revelou que a maioria se encontra entre 26 e 40 anos, faixa etária marcada por alta responsabilidade familiar e produtiva. Essas mulheres enfrentam uma tripla jornada: trabalho remunerado, cuidados domésticos e educação dos filhos somados a condições de insegurança urbana, falta de infraestrutura e limitação financeira. Tais fatores evidenciam a persistência das desigualdades de gênero e confirmam os apontamentos de Bandeira (2005) e Machado da Cunha (2012) sobre a divisão sexual do trabalho e a precarização da vida feminina em contextos periféricos africanos.

Outro ponto crítico identificado refere-se à ausência de políticas públicas eficazes. Embora existam programas de microcrédito e iniciativas de inclusão produtiva, estes atingem uma fração mínima das trabalhadoras informais, devido a barreiras burocráticas, exigências documentais e à desconexão entre formulação e realidade local. Conforme Castel (2005) e Lopes (2020), essa lacuna institucional perpetua novas formas de exclusão social, nas quais o exercício da cidadania ocorre de forma limitada e desigual.

Em contrapartida, organizações não governamentais e agências internacionais, como o PNUD e o UNFPA, têm desempenhado um papel complementar, promovendo capacitação, suporte jurídico e redes de solidariedade feminina. No entanto, para que a economia informal se converta efetivamente em um instrumento de inclusão produtiva e emancipação social, é imprescindível uma abordagem integrada, que articule políticas públicas sensíveis ao gênero,

acesso facilitado ao crédito, infraestrutura urbana adequada e mecanismos de proteção social duradouros.

Assim, conclui-se que a economia informal, longe de representar apenas precariedade, constitui uma expressão multifacetada de criatividade, resistência e empoderamento feminino. As mulheres chefes de família do Kikolo demonstram que, mesmo diante da adversidade, são capazes de redefinir a cidadania, gerar renda e preservar a dignidade em contextos marcados pela exclusão. A pesquisa, portanto, contribui para compreender a informalidade como fenômeno estruturante e multidimensional, oferecendo subsídios teóricos e empíricos para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e justas, voltadas à transformação da realidade de milhares de mulheres em contextos urbanos periféricos angolanos.

REFERÊNCIAS

ALLAN, Cain. *Urban governance and informal economies in Africa: case studies from Angola*. Luanda: Universidade de Luanda, 2016.

CAIN, Allan. *Urbanização, informalidade e exclusão em Angola*. Luanda: Development Workshop, 2015.

BANDEIRA, Lourdes. Divisão sexual do trabalho e violência simbólica. In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (Orgs.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 99-121.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (BAD). *Relatório Anual 2020*. Abidjan: AfDB, 2020.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2020: O futuro do trabalho*. Washington, DC: World Bank, 2020.

BANCO NACIONAL DE ANGOLA (BNA). *Relatório Anual de Inclusão Financeira 2021*. Luanda: BNA, 2021.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTELLS, Manuel; PORTES, Alejandro. World underneath: the origins, dynamics, and effects of the informal economy. In: PORTES, Alejandro; CASTELLS, Manuel; BENTON, Lauren (Eds.). *The informal economy: studies in advanced and less developed countries*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989. p. 11-37.

CHEN, Martha Alter. Rethinking the informal economy: linkages with the formal economy and the formal regulatory environment. *DESA Working Paper*, n. 46, 2007.

CUNHA, Maria de Fátima Machado da. Mulheres chefes de família: vulnerabilidades e estratégias de sobrevivência. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 1, p. 9-23, 2012.

DE SOTO, Hernando. *O mistério do capital: por que o capitalismo triunfa no Ocidente e fracassa no resto do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DE SOTO, Hernando. *A outra face: a revolução silenciosa no terceiro mundo*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

HART, Keith. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. *The Journal of Modern African Studies*, v. 11, n. 1, p. 61-89, 1973.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Relatório de indicadores sociais de Angola 2014*. Luanda: INE, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Inquérito sobre o Emprego em Angola 2022*. Luanda: INE, 2022.

JORNAL CAFUNFO. *A economia informal e a sobrevivência em Angola*. Luanda: Jornal Cafunfo, 2021.

KAVINDA, Victor. Requalificação do mercado do Kikolo apontada para breve. *Jornal 24 Horas*, 31 mar. 2022. Disponível em: <https://jornal24horas.ao/sociedade/requalificacao-do-mercado-do-kikolo-apontada-para-breve/>. Acesso em: 22 set. 2025.

LOPES, Carlos M. Economia informal e desenvolvimento em Angola. *Revista Angolana de Ciências Sociais*, v. 3, n. 2, p. 59-74, 2014.

LOPES, Carlos M. *Informalidade e cidadania fragmentada em Angola*. Luanda: Mayamba, 2020.

NUSSBAUM, Martha. *Women and human development: the capabilities approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

OBSERVATÓRIO ECONÔMICO-SOCIAL DE ANGOLA (OESA). *Relatório sobre o microempreendedorismo em Angola*. Luanda: OESA, 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Mulheres e homens na economia informal: um retrato estatístico*. 2. ed. Genebra: OIT, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU MULHERES. *A segregação de gênero nos espaços urbanos*. Nova Iorque: ONU, 2017.

PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano Angola 2023*. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2023.

PORTES, Alejandro. Social capital: its origins and applications in modern sociology. *Annual Review of Sociology*, v. 24, p. 1-24, 1998.

QUITETE, Laura. Está lançado o PREI no mercado Kikolo. *Rádio Luanda*, 11 jan. 2022. Disponível em: <https://rna.ao/rna.ao/2022/01/11/esta-lancado-o-prei-no-mercado-do-kikolo/>. Acesso em: 22 set. 2025.

SASSEN, Saskia. *Globalization and its discontents: essays on the new mobility of people and money*. New York: New Press, 1999.

SCOTT, James C. *The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Haven: Yale University Press, 1976.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da. *Pobreza, exclusão e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVEIRA, Ana Paula da. Economia informal e resistência em Angola. *Revista de Ciências Sociais da UAN*, v. 12, n. 2, p. 75-90, 2015.

SIMONE, AbdouMaliq. *For the city yet to come: changing African life in four cities*. Durham: Duke University Press, 2004.

UNFPA ANGOLA. *Relatório sobre mulheres chefes de família em contextos urbanos marginais*. Luanda: Fundo das Nações Unidas para a População, 2022.